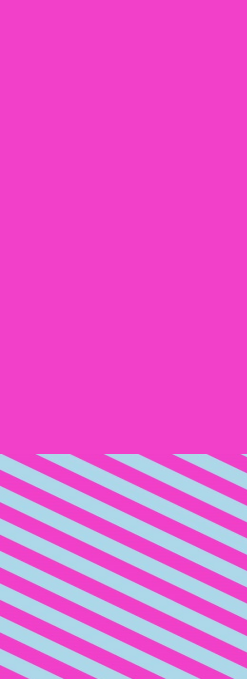




Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2021**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

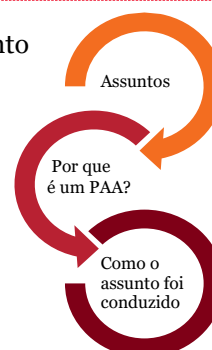
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita e mensuração da provisão de ressarcimento decorrente e do contrato de leilão de energia - LER e LEN	
Conforme descrito nas notas explicativas 11 e 14 a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Leilão de Energia de reserva (“LER”) e Contrato de Leilão de Energia Nova (“LEN”). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, refere-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como utilização de premissas críticas para estimar essas receitas, e consequentemente a provisão para ressarcimento decorrente dos contratos de leilão, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quadrienalmente conforme estipulado em contrato. Pelo exposto acima, consideramos esta área como foco em nossa auditoria	Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN. Também realizamos: i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia com os preços disponibilizados nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstos no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.⁴

São Paulo, 30 de março de 2022

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanco patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais.....	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021	11
1.1.1	Principais eventos societários.....	11
1.1.2	Outros eventos	12
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	14
2.1	Base de apresentação.....	14
2.2	Consolidação	14
2.3	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.....	15
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	15
3.1	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia	15
3.2	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia	16
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
5	Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva	16
5.1	Fundo de liquidez - conta reserva.....	17
5.2	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	17
6	Contas a receber de clientes	17
7	Partes relacionadas.....	18
8	Investimentos	21
9	Imobilizado	22
10	Empréstimos e financiamentos.....	24
11	Provisão de ressarcimento.....	26
12	Provisões.....	28
13	Patrimônio líquido	29
14	Receita	29
15	Custos e despesas	30
16	Resultado financeiro líquido	31
17	Imposto de renda e contribuição social.....	31
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco	31
19	Seguros (não auditado).....	36
20	Eventos subsequentes.....	37

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020		Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.169	654	286.192	152.435	Empréstimos e financiamentos	10	7.278	9.412	52.212	52.661
Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	-	-	6.153	6.740	Fornecedores		13	183	3.282	3.399
Contas a receber de clientes	6	-	-	33.755	76.964	Tributos a recolher		7	8	5.451	2.741
Tributos a recuperar		156	254	974	877	Partes relacionadas	7	7	9	89	9
Dividendos a receber	7	7.248	13.653	-	-	Provisão de ressarcimento	11	-	-	280.802	64.173
Outros ativos		-	-	1.809	2.791	Dividendos a pagar	7	764	764	764	764
		8.573	14.561	328.883	239.807	Outros passivos		2		1.376	1.344
								8.071	10.376	343.976	125.091
Não circulante						Não circulante					
Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	16.143	-	67.996	46.619	Empréstimos e financiamentos	10	173.648	158.234	1.019.528	1.045.088
Outros ativos		9	8	16	16	Tributos a recolher		-	-	4.127	4.127
		16.152	8	68.012	46.635	Provisão de ressarcimento	11	-	-	7.970	47.374
						Provisões	12	-	-	52.214	48.451
								173.648	158.234	1.083.839	1.145.040
Investimentos	8	601.363	694.387	-	-	Total do passivo		181.719	168.610	1.427.815	1.270.131
Imobilizado	9	18	18	1.474.935	1.523.594						
Intangível		-	-	372	459						
		601.381	694.405	1.475.307	1.524.053	Patrimônio líquido	13				
						Capital social		607.749	575.000	607.749	575.000
						Prejuízos acumulados		(163.362)	(34.636)	(163.362)	(34.636)
						Total do patrimônio líquido		444.387	540.364	444.387	540.364
Total do ativo		626.106	708.974	1.872.202	1.810.495	Total do passivo e patrimônio líquido		626.106	708.974	1.872.202	1.810.495

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	14	-	-	129.472	200.998
Custo da geração de energia	15	-	-	(145.344)	(123.619)
Lucro (prejuízo) bruto		-	-	(15.872)	77.379
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	15	(444)	(486)	(1.241)	(5.840)
		(444)	(486)	(1.241)	(5.840)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(444)	(486)	(17.113)	71.539
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8 (b)	(97.219)	(17.854)	-	-
		(97.219)	(17.854)	-	-
Resultado financeiro líquido	16				
Receitas financeiras		657	14	12.748	3.740
Despesas financeiras		(31.720)	(19.333)	(114.756)	(105.569)
		(31.063)	(19.319)	(102.008)	(101.829)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(128.726)	(37.659)	(119.121)	(30.290)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	17	-	-	(9.605)	(7.369)
Prejuízo do exercício		(128.726)	(37.659)	(128.726)	(37.659)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado			
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(128.726)	(37.659)	(128.726)	(37.659)
Total do resultado abrangente do exercício	(128.726)	(37.659)	(128.726)	(37.659)

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2020		590.500	(15.500)	1.609	1.414		578.023
Prejuízo do exercício						(37.659)	(37.659)
Absorção das reservas de lucro com o prejuízo do exercício		-	-	(1.609)	(1.414)	3.023	
Total resultado abrangente do exercício		-	-	(1.609)	(1.414)	(34.636)	(37.659)
Em 31 de dezembro de 2020		590.500	(15.500)	-	-	(34.636)	540.364
Em 1º de janeiro de 2021		590.500	(15.500)	-	-	(34.636)	540.364
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(128.726)	(128.726)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(128.726)	(128.726)
Aumento de capital	1.1.1 (c)	19.749	13.000	-	-	-	32.749
Contribuições e distribuições aos acionistas		19.749	13.000	-	-	-	32.749
Em 31 de dezembro de 2021		610.249	(2.500)	-	-	(163.362)	444.387

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(128.726)	(37.659)	(119.121)	(30.290)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	10 (c)	29.155	18.429	101.161	94.645
Depreciação e amortização	15	-	-	75.872	75.700
Provisão de ressarcimento	11 (c)	-	-	176.692	78.949
Realização de provisão de ressarcimento	11 (c)	-	-	533	(1.853)
Apropriação dos custos de captações	10 (c)	457	695	6.326	6.563
Juros sobre conta reserva		-	-	(2.786)	-
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	12	-	-	3.711	3.445
Provisões	12	-	-	52	-
Baixa de imobilizado	9 (a)	-	-	5.439	-
Equivalência patrimonial	8 (b)	97.219	17.854	-	-
		(1.895)	(681)	247.879	227.159
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	43.209	(1.120)
Tributos a recuperar		98	-	(97)	405
Demais créditos e outros ativos		(1)	-	982	(1.335)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(170)	75	(117)	(4.795)
Tributos a recolher		(1)	7	(1.619)	(2.433)
Partes relacionadas		(2)	(3.305)	80	(1.459)
Demais obrigações e outros passivos		2	-	32	797
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		(1.969)	(3.904)	290.349	217.219
Juros pagos sobre empréstimos	10 (c)	(11.684)	(11.237)	(83.536)	(87.786)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.276)	(7.342)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(13.653)	(15.141)	201.537	122.091
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate de conta reserva		-	-	17.250	-
Aquisição de imobilizado	9 (a)	-	-	(28.442)	(1.599)
Investimento em conta reserva		(16.143)	-	(35.254)	(8.189)
Redução de capital dos investimentos	8 (b)	7.023	3.180	-	-
Aumento de capital em investidas	8 (b)	(13.000)	(7.700)	-	-
Dividendos recebidos	1.1.1 (a)	12.310	22.988	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(9.810)	18.468	(46.446)	(9.788)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	10 (c)	-	-	733	543
Liquidação de empréstimos e financiamentos	10 (c)	(4.648)	(1.747)	(50.680)	(41.794)
Adições dos custos de captações	10 (c)	-	(1.051)	(13)	(1.061)
Aumento de capital	1.1.1 (c)	28.626	-	28.626	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		23.978	(2.798)	(21.334)	(42.312)
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa					
		515	529	133.757	69.991
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		654	125	152.435	82.444
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.169	654	286.192	152.435

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, por meio de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

A Companhia é controlada direta da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), *joint venture* controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e *Canada Pension Plan Investment Board* ("CPP Investments").

A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizada nos Estados de Pernambuco e Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Araripe III, com capacidade instalada total de 358 MW, por meio de suas investidas.

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Central Geradora Eolielétrica (EOL)	Portaria MME
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto I	423/2014
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto II	424/2014
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VI	460/2014
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VII	427/2014
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Augusto VIII	461/2014
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão I	451/2014
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão II	452/2014
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão III	453/2014
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão IV	181/2015
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Estevão V	454/2014
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Onofre IV	180/2015
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 01	169/2015
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 02	390/2015
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Virgílio 03	170/2015

Eólica	Capacidade instalada MW	Energia assegurada por MWH/Ano	Início da concessão	Término da concessão
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	78.840	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	123.516	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	140.160	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	82.344	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	78.840	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	108.624	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	104.244	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	124.392	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	124.392	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	119.136	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	119.136	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	29,9	133.152	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	29,9	146.292	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	19,8	80.592	08/05/2015	08/05/2050

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- LEN – Leilão de Energia Nova;
- LER – Leilão de Energia de Reserva.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de dividendos

Em janeiro e fevereiro de 2021, a Companhia recebeu dividendos de suas controladas, que estavam provisionados em 31 de dezembro de 2020.

Em abril de 2021, através de Assembleia Geral Ordinária, as controladas da Companhia deliberaram dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em julho e agosto de 2021, a Companhia recebeu dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e dividendos adicionais deliberados em abril de 2021.

Controladas	Provisionados em 31/12/2020	Adicionais deliberados	Recebidos	Provisionados em 31/12/2021
Ventos de Santo Augusto I	847	-	(840)	7
Ventos de Santo Augusto VI	1.136	-	(1.136)	-
Ventos de Santo Augusto VII	2.109	-	(839)	1.270
Ventos de Santo Estevão II	1.131	-	(1.131)	-
Ventos de Santo Estevão IV	2.441	-	(1.963)	478
Ventos de Santo Estevão V	2.136	1.089	(2.161)	1.064
Ventos de Santo Onofre IV	597	916	(925)	588
Ventos de São Virgílio 01	57	169	(226)	-
Ventos de São Virgílio 02	544	1.632	(686)	1.490
Ventos de São Virgílio 03	2.655	2.099	(2.403)	2.351
	13.653	5.905	(12.310)	7.248

(b) Movimentação de capital em controladas

Em 14 de janeiro, 14 de julho, 10 de agosto e 10 de dezembro de 2021, foram aprovadas as movimentações de capital das investidas, conforme tabela a seguir:

Controladas	Capital social das controladas em			
	2020	Redução de capital social (Nota 8 (b))	Aumento de capital social (Nota 8 (b))	2021
Ventos de Santo Augusto II	50.781	(1.261)	-	49.520
Ventos de Santo Augusto VI	56.867	(228)	-	56.639
Ventos de Santo Augusto VIII (i)	52.345	(839)	13.000	64.506
Ventos de Santo Estevão I	51.396	(1.155)	-	50.241
Ventos de Santo Estevão II	52.483	(24)	-	52.459
Ventos de Santo Estevão III	55.206	(1.364)	-	53.842
Ventos de Santo Onofre IV	57.521	(336)	-	57.185
Ventos de São Virgílio 01 (ii)	69.609	(1.138)	4.123	72.594
Ventos de São Virgílio 02	55.829	(678)	-	55.151
	502.037	(7.023)	17.123	512.137

(i) Aumento de capital via caixa, realizado em 10 de agosto de 2021.

(ii) Aumento de capital mediante aporte de ativos, realizado em 10 de dezembro de 2021.

(c) Aumento de capital na Companhia

Em 10 de agosto de 2021, ocorreu a integralização parcial do saldo de capital a integralizar no montante de R\$ 13.000, mediante transferência bancária. O saldo remanescente de capital a integralizar, no montante de R\$ 2.500, será integralizado conforme necessidade de caixa da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.123, passando o capital social de R\$ 606.126 (dividido em 606.126.000 ações) para R\$ 610.249 (dividido em 610.249.193 ações). O aumento de capital ocorreu mediante aporte de ativos detidos pela VTRM.

1.1.2 Outros eventos**(a) Incidente ocorrido em subestação coletora**

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, provocou o desligamento do transformador de força (trafo) remanescente dessa subestação. Este fato, causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência.

Com relação à segunda ocorrência, a Administração da Araripe III acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo, com prazo de conclusão previsto para abril de 2022.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo foi refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto foi

minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Durante o segundo e terceiro trimestres de 2021, a controladora VTRM discutiu junto à seguradora as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação.

Em dezembro de 2021, após análise, a seguradora efetuou o pagamento para a VTRM, no valor de R\$ 46 milhões, referente aos lucros cessantes e efetuou o pagamento para a controlada Ventos de Santo Augusto VIII S.A, no valor de R\$ 5 milhões, referente aos danos materiais.

(b) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informam que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

A Companhia e suas controladas estão avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia e duas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia e suas controladas avaliaram a posição do seu contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas e na avaliação da situação financeira dos credores no período findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas avaliaram os indicadores de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicadores de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

(iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – *covenants*

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2021, e concluíram que a pandemia não impactou no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas informam que não houve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de março de 2022.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas Nota 2.2 (b).

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2021	2020		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis";
- (ii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 "Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade";
- (iii) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 "Instrumentos financeiros";
- (iv) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 "Arrendamentos";
- (v) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes";
- (vi) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 "Contratos de seguro";
- (vii) Reforma das IBORs (Interbank Offered Rate): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 "Instrumentos financeiros", IAS 39 / CPC 38 "Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 "Instrumentos financeiros: evidenciação", IFRS 4 / CPC 11 "Contratos de seguro" e IFRS 16 / CPC 06 "Arrendamentos".

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022:

- (i) Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 / IAS 41 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado – vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6	Contas a receber
9	Imobilizado
11	Provisões de ressarcimento
12	Provisões

5 Caixa e equivalentes de caixa e conta reserva

Política contábil

Compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 96,05% e 101,50% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Caixa e bancos	127	83	14.173	6.465
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	107.518	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.042	571	164.501	145.970
	<u>1.169</u>	<u>654</u>	<u>286.192</u>	<u>152.435</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

5.1 Fundo de liquidez - conta reserva

Política contábil

São os depósitos bancários feitos em contas com restrição de movimentação por força de cláusula contratual de financiamentos, sem liquidez imediata.

Os empréstimos e financiamentos exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida". Em 31 de dezembro de 2021, o saldo consolidado de caixa restrito em contas reserva é de R\$ 74.149 (R\$ 53.359 em 31 de dezembro de 2020).

5.2 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2021	2020	2021	2020
AAA	16.262	647	294.973	120.194
AA	1.044	1	65.359	22
AA-	-	-	-	85.569
Sem rating	6	6	9	9
	<u>17.312</u>	<u>654</u>	<u>360.341</u>	<u>205.794</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das mesmas.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas de crédito esperadas, se aplicável.

As controladas da Companhia não possuem histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

(a) Composição e vencimentos de contas a receber

	Nota			Consolidado
		Avencer	Vencidos até 90 dias	2021
ACR				
Leilão de Energia Nova (LEN)		23.090	-	23.090
Leilão de Reserva de Energia (LER)		8.081	-	8.081
		31.171	-	31.171
ACL				
Partes relacionadas	7	934	-	934
Créditos a receber com a CCEE		-	1.650	1.650
		934	1.650	2.584
		32.105	1.650	33.755

	Nota				Consolidado
		Avencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 180 dias	2020
ACR					
Leilão de Energia Nova (LEN)		20.669	-	39	20.708
Leilão de Reserva de Energia (LER)		8.072	-	-	8.072
		28.741	-	39	28.780
ACL					
Partes relacionadas	7	146	-	-	146
Créditos a receber com a CCEE		-	11.690	36.348	48.038
		146	11.690	36.348	48.184
		28.887	11.690	36.387	76.964

Contas a receber ACR: representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários.

Contas a receber ACL: representados por conta a receber de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

7 Partes relacionadas**Política contábil**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, principalmente comercialização de energia.

(a) Controladora

	Controladora					
	Dividendos a receber		Passivo circulante		Dividendos a pagar	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora						
VTRM Energia Participações S.A.	-	-	-	-	764	764
Sociedades controladas e Holding do Grupo Votorantim						
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	7	847	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	-	1.136	-	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	1.270	2.109	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	-	1.131	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	478	2.441	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	1.064	2.136	-	-	-	-
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	588	597	-	-	-	-
Ventos de São Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	-	57	-	-	-	-
Ventos de São Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	1.490	544	-	-	-	-
Ventos de São Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	2.351	2.655	-	-	-	-
Votorantim S.A.	-	-	7	9	-	-
	<u>7.248</u>	<u>13.653</u>	<u>7</u>	<u>9</u>	<u>764</u>	<u>764</u>

(b) Consolidado

	Consolidado									
	Contas a receber de clientes (Nota 6)		Passivo circulante		Dividendos a pagar		Vendas (Nota 14)		Compras	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora										
VTRM Energia Participações S.A.	-	-	-	-	764	764	-	-	-	-
Sociedade coligada e Holding do Grupo Votorantim										
Votorantim S.A.	-	-	7	9	-	-	-	-	1.214	1.119
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	934	146	82	-	-	-	5.955	3.604	3.255	2.306
	<u>934</u>	<u>146</u>	<u>89</u>	<u>9</u>	<u>764</u>	<u>764</u>	<u>5.955</u>	<u>3.604</u>	<u>4.469</u>	<u>3.425</u>

8 Investimentos

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

Para ser classificada como entidade controlada em conjunto, deve existir acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2021				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício (i)	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Augusto I Energia Renováveis S.A.	25.219	(4.955)	100,00	100,00	(4.955)	(1.873)	25.219	30.174
Ventos de Santo Augusto II Energia Renováveis S.A.	40.892	(6.996)	100,00	100,00	(6.996)	(1.670)	40.892	49.149
Ventos de Santo Augusto VI Energia Renováveis S.A.	46.582	(8.727)	100,00	100,00	(8.727)	(2.279)	46.582	55.538
Ventos de Santo Augusto VII Energia Renováveis S.A.	31.685	(3.285)	100,00	100,00	(3.285)	(971)	31.685	34.970
Ventos de Santo Augusto VIII Energia Renováveis S.A.	37.540	(13.990)	100,00	100,00	(13.990)	(3.531)	37.540	39.369
Ventos de Santo Estevão I Energia Renováveis S.A.	36.638	(7.817)	100,00	100,00	(7.817)	(3.539)	36.638	45.610
Ventos de Santo Estevão II Energia Renováveis S.A.	42.872	(6.759)	100,00	100,00	(6.759)	(2.721)	42.872	49.655
Ventos de Santo Estevão III Energia Renováveis S.A.	34.082	(9.461)	100,00	100,00	(9.461)	(4.561)	34.082	44.907
Ventos de Santo Estevão IV Energia Renováveis S.A.	49.884	(9.016)	100,00	100,00	(9.016)	(2.947)	49.884	58.900
Ventos de Santo Estevão V Energia Renováveis S.A.	47.890	(6.819)	100,00	100,00	(6.819)	(442)	47.890	55.799
Ventos de Santo Onofre IV Energia Renováveis S.A.	52.658	(4.921)	100,00	100,00	(4.921)	1.286	52.658	58.831
Ventos de São Virgílio 01 Energia Renováveis S.A.	68.132	(4.749)	100,00	100,00	(4.749)	238	68.132	70.065
Ventos de São Virgílio 02 Energia Renováveis S.A.	49.774	(6.123)	100,00	100,00	(6.123)	2.289	49.774	58.206
Ventos de São Virgílio 03 Energia Renováveis S.A.	37.515	(3.601)	100,00	100,00	(3.601)	2.867	37.515	43.214
					(97.219)	(17.854)	601.363	694.387

(i) Os saldos de prejuízo apresentados em todas as controladas da Companhia decorrem do incidente da subestação coletora, conforme descrito na NE 1.1.2 (a).

(b) Movimentação

	Nota	Controladora	
		2021	2020
Saldo no início do exercício		694.387	713.137
Equivalência patrimonial		(97.219)	(17.854)
Dividendos adicionais deliberados	1.1.1 (a)	(5.905)	(4.374)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	(1.588)
Reversão de dividendos		-	546
Aumento de capital em controladas	1.1.1 (b)	17.123	7.700
Redução de capital em controladas	1.1.1 (b)	(7.023)	(3.180)
Saldo no final do exercício		601.363	694.387

9 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 12 – Provisões).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

									Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Veículos	Terrenos	Obras em andamento	2021	2020
Saldo no início do exercício										
Custo	1.645.262	109.981	4.562	137	36.973	551	168	8.401	1.806.035	1.804.436
Depreciação acumulada	(268.619)	(10.293)	(570)	(35)	(2.898)	(26)	-	-	(282.441)	(206.863)
Saldo líquido no início do exercício	1.376.643	99.688	3.992	102	34.075	525	168	8.401	1.523.594	1.597.573
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	-	32.565	32.565	1.599
Baixas	-	(5.439)	-	-	-	-	-	-	(5.439)	-
Depreciação	(66.568)	(7.816)	(150)	(8)	(1.120)	(79)	-	-	(75.741)	(75.578)
Transferências (ii)	-	8.012	58	-	-	-	-	(8.114)	(44)	-
Saldo no final do exercício	1.310.075	94.445	3.900	94	32.955	446	168	32.852	1.474.935	1.523.594
Custo	1.645.262	112.554	4.620	137	36.973	551	168	32.852	1.833.117	1.806.035
Depreciação acumulada	(335.187)	(18.109)	(720)	(43)	(4.018)	(105)	-	-	(358.182)	(282.441)
Saldo no final do exercício	1.310.075	94.445	3.900	94	32.955	446	168	32.852	1.474.935	1.523.594
Taxas médias anuais de depreciação - %	4	4	3	6	3	5				

(i) O valor de adições contempla o saldo de adiantamento de ativos, no montante de R\$ 4.123, em forma de aumento de capital realizado pela investidora VTRM, conforme Nota 1.1.1 (c).

(ii) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível.

10 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

		Controladora					
		Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Encargos anuais médios	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional							
Debêntures	IPCA + 6,99%	7.278	9.412	173.648	158.234	180.926	167.646
		7.278	9.412	173.648	158.234	180.926	167.646

		Consolidado					
		Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Encargos anuais médios	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 2,80%	44.934	43.249	845.880	886.854	890.814	930.103
Debêntures	IPCA + 6,99%	7.278	9.412	173.648	158.234	180.926	167.646
		52.212	52.661	1.019.528	1.045.088	1.071.740	1.097.749

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento

Controladora									
Modalidade	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030
Moeda nacional									
Debêntures	7.278	2.542	4.544	11.545	11.545	11.545	11.545	11.546	108.836
	7.278	2.542	4.544	11.545	11.545	11.545	11.545	11.546	108.836
	4,0%	1,4%	2,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	60,1%

Consolidado									
Modalidade	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030
Moeda nacional									
BNDES	44.934	50.528	54.973	59.418	63.864	77.189	97.882	113.128	328.898
Debêntures	7.278	2.542	4.544	11.545	11.545	11.545	11.545	11.546	108.836
	52.212	53.070	59.517	70.963	75.409	88.734	109.427	124.674	437.734
	4,9%	5,0%	5,6%	6,6%	7,0%	8,3%	10,2%	11,6%	40,8%

(c) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	167.646	162.557	1.097.749	1.126.639
Captações	-	-	733	543
Provisões de juros	12.080	14.715	84.086	90.931
Atualização monetária	17.075	3.714	17.075	3.714
Adições dos custos de captações	-	(1.051)	(13)	(1.061)
Apropriações dos custos de captações	457	695	6.326	6.563
Juros pagos	(11.684)	(11.237)	(83.536)	(87.786)
Liquidações	(4.648)	(1.747)	(50.680)	(41.794)
Saldo no final do exercício	180.926	167.646	1.071.740	1.097.749

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDDES	Garantia Votorantim S.A. ⁽ⁱ⁾ e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repasse BNDDES	Garantia VTRM Energia Participações S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	Garantia corporativa da VTRM Energia Participações S.A. ⁽ⁱ⁾ ; Garantia SPES ⁽ⁱⁱ⁾ ; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

- (i) Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.
(ii) Empresas que formam o complexo eólico Ventos do Araripe III.

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras (*covenants*), sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD consolidado em 31 de dezembro de 2021, acumulado no período de 12 meses:

	Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo do exercício	(128.726)	(37.659)
Imposto de renda e contribuição social	9.605	7.369
Prejuízo do exercício antes dos impostos	(119.121)	(30.290)
(+) Resultado financeiro, líquido	102.008	101.829
(+) Depreciação e amortização	75.872	75.700
EBITDA Ajustado	58.759	147.239
(-) Imposto de renda e contribuição social	(9.605)	(7.369)
Geração de caixa da atividade [a]	49.154	139.870
Serviço de dívida [b]	(134.216)	(129.580)
(-) Pagamento de juros	(83.536)	(87.786)
(-) Pagamento de principal	(50.680)	(41.794)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	0,37	1,08

Em 2021, a Companhia obteve *waiver* dos credores pelo não atingimento do ICSD mínimo de 1,20 ocasionado, substancialmente, pelo incidente mencionado na Nota 1.1.2 (a).

11 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LER: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única

a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos LER: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) E uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais a partir de novembro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais, a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

	Consolidado		
	Anual	Quadrienal	2021
Saldo no início do exercício	64.173	47.374	111.547
Adições (i)	140.022	36.670	176.692
Realizações	533	-	533
Saldo no final do exercício	204.728	84.044	288.239
Circulante (i)	204.728	76.074	280.802
Não Circulante	-	7.970	7.970
	204.728	84.044	288.772

	Consolidado		
	Anual	Quadrienal	2020
Saldo no início do exercício	8.273	26.178	34.451
Adições (i)	57.753	21.196	78.949
Realizações	(1.853)	-	(1.853)
Saldo no final do exercício	64.173	47.374	111.547
Circulante (i)	64.173	-	64.173
Não Circulante	-	47.374	47.374
	64.173	47.374	111.547

(i) O aumento das adições refere-se substancialmente ao incidente do Trafto mencionado na nota 1.1.2 (a).

A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir

de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

12 Provisões

(a) Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pelas controladas da Companhia.

(b) Provisões de natureza tributária e cível

Política contábil

São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia possuem processos de natureza tributária e cível com prognóstico de perda possível no montante consolidado atualizado de R\$ 1.205 (R\$ 1.167 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Composição e movimentação das provisões

	Consolidado			
	Desmobilização de ativos	Tributárias	2021	2020
Saldo no início do exercício	48.451	-	48.451	45.006
Adições	-	52	52	-
Ajuste a valor presente	3.711	-	3.711	3.445
Saldo no final do exercício	52.162	52	52.214	48.451

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social parcialmente integralizado da Companhia é de R\$ 607.749, sendo o montante de R\$ 610.249 de capital social e o montante de R\$ 2.500 de capital a integralizar (em 31 de dezembro de 2020, capital social parcialmente integralizado no montante de R\$ 575.000, sendo o montante de R\$ 590.500 de capital social e o montante de R\$ 15.500 de capital a integralizar), compostos por 610.249.193 (590.500.000 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e sem valor nominal.

14 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia elétrica

As operações de venda de energia realizadas pelas controladas da Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

		Consolidado	
	Nota	2021	2020
Receita bruta			
ACR			
Leilão de Energia Reserva (LER)		90.005	87.688
Leilão de Energia Nova (LEN)		192.857	189.819
Provisão de ressarcimento	11 (c)	(177.225)	(77.096)
		105.637	200.411
ACL			
Partes relacionadas	7 (b)	5.955	3.604
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)		11.912	4.136
		17.867	7.740
Venda crédito de carbono		12.579	-
Total receita bruta		136.083	208.151
Deduções sobre a receita bruta			
Impostos sobre vendas		(5.437)	(6.057)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(1.174)	(1.096)
		(6.611)	(7.153)
Receita líquida		129.472	200.998

As receitas das controladas da Companhia provenientes da venda de energia elétrica são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro. As receitas com a venda de crédito de carbono foram em sua totalidade em dólar, realizadas para o mercado externo.

15 Custos e despesas

	2021			2020		
	Custo da geração de energia	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo da geração de energia	Despesas gerais e administrativas	Total
Depreciação e amortização	(75.872)	-	(75.872)	(75.420)	(280)	(75.700)
Serviços de operação e manutenção - O&M	(31.648)	-	(31.648)	(24.863)	-	(24.863)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	(14.752)	-	(14.752)	(13.578)	-	(13.578)
Custos de manutenção	(3.575)	-	(3.575)	(170)	(33)	(203)
Aluguéis e arrendamentos	(5.162)	(2)	(5.164)	(4.109)	(200)	(4.309)
Energia comprada	(2.993)	-	(2.993)	(2.013)	-	(2.013)
Serviços de terceiros	(6.440)	(779)	(7.219)	(1.905)	(3.840)	(5.745)
Seguros	(2.892)	-	(2.892)	(724)	(979)	(1.703)
Materiais	(758)	(1)	(759)	(108)	(121)	(229)
Impostos, taxas e contribuições	(482)	(437)	(919)	-	-	-
Outras	(770)	(22)	(792)	(729)	(387)	(1.116)
	(145.344)	(1.241)	(146.585)	(123.619)	(5.840)	(129.459)

16 Resultado financeiro líquido**Política contábil****Receitas (despesas) financeiras**

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	645	11	12.729	3.716
Juros sobre ativos financeiros	12	3	19	24
	657	14	12.748	3.740
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.080)	(14.715)	(84.086)	(90.931)
Atualização monetária sobre debêntures	(17.075)	(3.714)	(17.075)	(3.714)
Apropriações dos custos de captações	(457)	(695)	(6.326)	(6.563)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	-	-	(3.711)	(3.445)
Outras despesas financeiras	(2.108)	(209)	(3.558)	(916)
	(31.720)	(19.333)	(114.756)	(105.569)
	(31.063)	(19.319)	(102.008)	(101.829)

17 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia. Adicionalmente, para as vendas de crédito de carbono as controladas da Companhia auferiram lucro tributável com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social no consolidado o montante de R\$ 9.605 (R\$ 7.369 em 31 de dezembro de 2020).

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco**18.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito; (b) risco de liquidez; (c) risco regulatório; (d) risco socioambiental e (e) risco de não performance.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas seguem a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. ("VSA"), que é a controladora da VGE, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*.

O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 5.2. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos (i)	14.141	31.580	45.574	181.558	272.853
Fornecedores	13	-	-	-	13
Partes relacionadas	7	-	-	-	7
	14.161	31.580	45.574	181.558	272.873
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos (i)	13.417	48.997	50.396	159.145	271.955
Fornecedores	183	-	-	-	183
Partes relacionadas	9	-	-	-	9
	13.609	48.997	50.396	159.145	272.147
	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos (i)	125.338	263.666	275.500	971.644	1.636.148
Fornecedores	3.282	-	-	-	3.282
Partes relacionadas	89	-	-	-	89
	128.709	263.666	275.500	971.644	1.639.519
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos (i)	123.448	270.202	276.807	1.053.778	1.724.235
Fornecedores	3.399	-	-	-	3.399
Partes relacionadas	9	-	-	-	9
	126.856	270.202	276.807	1.053.778	1.727.643

(i) Os valores de empréstimos e financiamentos incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades das controladas da Companhia.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de venda de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

18.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo estão demonstrados na tabela a seguir, e foram classificados nos níveis 1 e 2 de hierarquia de valor justo.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora							
Valor justo medido com base em							
	Nota	Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos							
Equivalentes de caixa	5	1.042	571	-	-	1.042	571
Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	16.143	-	-	-	16.143	-
		17.185	571	-	-	17.185	571
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	191.850	171.562	180.926	167.646
		17.185	571	191.850	171.562	180.926	167.646

Consolidado							
Valor justo medido com base em							
	Nota	Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos							
Equivalentes de caixa	5	272.019	145.970	-	-	272.019	145.970
Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	74.149	53.359	-	-	74.149	53.359
		346.168	199.329	-	-	346.168	199.329
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	982.852	1.146.225	1.071.740	1.097.749
		346.168	199.329	982.852	1.146.225	1.071.740	1.097.749

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e empréstimos e financiamentos são taxas de juros CDI, TJLP e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

						Controladora			
						Impactos no resultado			
						Cenário I		Cenários II & III	
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e conta reserva	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 9,15%	17.185	-	BRL mil	191 bps*	328	(393)	(786)	393	786
IPCA 10,06%	-	185.766	BRL mil	-456 bps*	8.471	4.672	9.344	(4.672)	(9.344)

						Consolidado			
						Impactos no resultado			
						Cenário I		Cenários II & III	
Fatores de risco	Equivalentes de caixa e conta reserva	Empréstimos e financiamentos (i)	Unidade	Choque nas curvas de 2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 9,15%	346.168	-	BRL mil	191 bps*	6.605	(7.919)	(15.837)	7.919	15.837
IPCA 10,06%	-	185.766	BRL mil	-456 bps*	8.471	4.672	9.344	(4.672)	(9.344)
TJLP 5,32%	-	947.517	BRL mil	44 bps*	(4.169)	12.602	25.204	(12.602)	(25.204)

*bps – basis points

(i) Valores desconsideram os custos de captação.

18.4 Instrumentos financeiros por categoria**Política contábil**

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(b) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes	6	-	-	33.755	76.964
Equivalentes de caixa (i)	5	1.042	571	272.019	145.970
Fundo de liquidez - Conta reserva	5.1	16.143	-	74.149	53.359
		17.185	571	379.923	276.293
Passivos					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	10	180.926	167.646	1.071.740	1.097.749
Fornecedores		13	183	3.282	3.399
Partes relacionadas	7	7	9	89	9
		180.946	167.838	1.075.111	1.101.157

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

19 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

20 Eventos subsequentes

Operação VTRM – Incorporação reversa VGE

Em 03 de fevereiro de 2022, a VGE foi incorporada pela VTRM conforme previsto no processo de reestruturação societária da VTRM e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2022.

Em 25 de fevereiro de 2022, a controladora VTRM obteve o registro de companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM” e “Abertura de Capital”) e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado (“Listagem no Novo Mercado”). A Listagem no Novo Mercado da Companhia está condicionada à eleição dos conselheiros independentes e dos membros do Comitê de Auditoria da VTRM e à operacionalização da Incorporação de Ações.